



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 5ª VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB**

Processo n.º 08004436520208150181

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOATAN DE MENEZES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue.

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, tendo sido produzido o laudo acostado.

**- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -**

Contudo, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

**Isso se deve ao fato de que embora tenha sido trazida uma declaração do samu, não consta o respectivo boletim de atendimento, sendo certo que mesmos as declarações limitam-se a uma hipótese diagnóstica já o diagnóstico definitivo será dado quando do atendimento hospitalar de emergência onde também haverá o tratamento da lesão.**

No entanto, diante da ausência do boletim de primeiro atendimento, carece prova de que a invalidez apontada no laudo seja decorrente do acidente em tela.

Além disso, o documento de alta, com resumo, aponta somente ruptura traumática da sínfise púbica, não guardando relação com as invalidezes apontadas:

Documento de Alta			
Nome: JOATAN DE MENEZES		Número Prontuário: 118210	
Data de Nascimento: 16/04/1992	Sexo: Masculino	Data de Internação: 22/09/2019 08:56:43	Data de Alta: 27/10/2019 08:32:43
Motivo da alta: ALTA MEDICA			
Conduta: PACIENTE 27 ANOS, INTERNADO NESSE SERVIÇO DESDE O DIA 22/09/19. REMOVIDO DE HOSPITAL DE MENOR PORTE IOT. VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO. FOI INTERNADO PARA PROCEDIMENTOS CIRURGICOS. HOJE PACIENTE ENCONTRA-SE ESTÁVEL, CONSCIENTE. APTO PARA ALTA HOSPITALAR E RETORNO PARA ACOMPANHAMENTO.			
Resumo da Internação: PACIENTE 27 ANOS, INTERNADO NESSE SERVIÇO DESDE O DIA 22/09/19. REMOVIDO DE HOSPITAL DE MENOR PORTE IOT. VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO. FOI INTERNADO PARA PROCEDIMENTOS CIRURGICOS. HOJE PACIENTE ENCONTRA-SE ESTÁVEL, CONSCIENTE. APTO PARA ALTA HOSPITALAR E RETORNO PARA ACOMPANHAMENTO.			
Resultado de Exames: RADIOGRAFIA			
Tratamento: ORIENTAÇÕES GERAIS, ATB, ANALGESIA, AINES, XARELTO			
Diagnóstico: S33.4 - Ruptura traumática da sínfise púbica			
Recomendações: TOMAR MEDICAÇÕES PRESCRITAS RETORNO NO HTOP			

Medico  
Dr. Jansen Henriques  
CRM/PB 11385

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 1 de dezembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**